



Os Fundos Estruturais europeus em Portugal (2000-2006)

Norte

Nesta região, a mais industrializada de Portugal, os apoios europeus destinam-se a corrigir os desequilíbrios entre a região do Porto e as regiões do interior, a melhorar as qualificações e a reforçar a competitividade das PME.

Com os seus 3,6 milhões de habitantes, dos quais 40% têm menos de 25 anos (uma das taxas mais elevadas da Europa), a Região do Norte representa mais de um terço da população nacional. O seu panorama é muito contrastado. Dinâmica e aberta para o exterior, a aglomeração do Porto, com 1,2 milhão de habitantes, é a zona mais industrializada do país: têxtil, vestuário, calçado e metalurgia. O interior, em contrapartida, é essencialmente rural, com uma baixa densidade populacional e uma população a envelhecer, e é sobretudo marcado por uma carência de espírito de empreendimento e de inovação. O desafio consiste em, por um lado, fazer do Porto a porta de uma região eficaz mediante melhoramentos na rede de transportes, nas infra-estruturas sanitárias, etc., bem como através da luta contra uma exclusão social importante, e, por outro, em desenvolver a vida económica à volta das cidades médias do interior. O nível de educação e de formação é por toda a parte uma aposta essencial, bem como a competitividade das PME, que são maioritárias na economia. Entre os trunfos regionais figuram a vitivinicultura, o sector da madeira e o património paisagístico. A Região do Norte beneficia do Objectivo 1 dos Fundos Estruturais e, designadamente, das iniciativas INTERREG III e URBAN II e dos projectos do Fundo de Coesão.



Objectivo 1

A Região do Norte beneficia de diferentes programas sectoriais, cujo orçamento (UE: 10,119 mil milhões de euros, custo total: 22,671 mil milhões) é repartido entre regiões: educação, emprego, formação e desenvolvimento social, ciências, tecnologia e inovação, sociedade da informação, saúde, cultura, agricultura e desenvolvimento rural, pesca, economia, transportes e ambiente. A UE contribui, além disso, com 2,713 mil milhões de euros (custo total: 4,645 mil milhões) para o Programa Operacional ("Operação Norte"), que comporta 3 prioridades: apoio a investimentos de interesse municipal e intermunicipal (infra-estruturas, equipamentos e ambiente); acções integradas de base sub-regional (melhoria das qualificações, valorização da capacidade de empresa, etc.); intervenções sectoriais da administração central regionalizada.

INTERREG III e URBAN II

O programa "Espanha/Portugal" de cooperação transfronteiriça (INTERREG III A) beneficia, a nível nacional, de um apoio europeu de 807 milhões de euros (custo total: 1,132 mil milhões). A Região do Norte participa também em dois programas de cooperação transnacional (INTERREG III B) - "Sudoeste europeu" (Portugal, Espanha, França e Reino Unido) e "Espaço Atlântico" (os mesmos países e a Irlanda)- e é elegível para o programa de cooperação inter-regional (INTERREG III C) da zona "Sul". Por último, o programa URBAN II "Porto-Gondomar" recebe um apoio europeu de cerca de 10 milhões de euros (custo total: 14,25 milhões de euros).

Exemplo de projecto: as vinhas do Douro, património da UNESCO

O rio Douro deu o seu nome à mais antiga região vitícola de denominação controlada do mundo: o Alto Douro dos viticultores, que é um vasto território xistoso e árido, transformado pelo homem num verdadeiro monumento paisagístico agrícola espalhado por 250 000 hectares de cultura em terraços, dos quais 20% são dedicados à viticultura. Constituiu-se uma ampla parceria para promover o reconhecimento do local como património mundial da UNESCO, fomentando ao mesmo tempo a sua preservação e o seu desenvolvimento sustentável. Os fundos europeus permitiram criar uma associação de promoção e elaborar um plano intermunicipal de ordenamento do território. No final de 2001, foi anunciada a classificação do local na categoria "Paisagens culturais, evolutivas e vivas": uma promoção bem-vinda para as 9 000 explorações vitícolas do Alto Douro, mas também para o turismo regional. Este exemplo mostra que os Fundos Estruturais não financiam somente infra-estruturas pesadas, mostra também que projectos relativamente modestos em termos financeiros podem ter um efeito de alavanca importante.



A Política de Coesão da União Europeia resumidamente

A Política de Coesão da União Europeia tem por objectivo reduzir as disparidades entre regiões e reforçar a coesão económica, social e territorial da União. Esta política apoia-se na solidariedade financeira. Os programas são essencialmente co-financiados pelos **Fundos Estruturais**: o **Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional** (FEDER) para infra-estruturas e PME, o **Fundo Social Europeu** (FSE) para a inserção social, a formação e o emprego, o **Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícolas** (FEOGA, secção "Orientação") para o desenvolvimento rural, e o **Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca** (IFOP) para modernização do equipamento deste sector. Para o período de 2000 a 2006, a dotação destes fundos ascende a 195 mil milhões de euros, com um suplemento de 15 mil milhões para os novos Estados-Membros (2004-2006). Portugal recebe uma dotação de 21,2 mil milhões de euros.

Cerca de 150 mil milhões de euros, dos quais 20,53 mil milhões são para Portugal, são afectadas à recuperação económica das regiões do **Objectivo 1**, quer dizer, das regiões cujo PIB per capita não atinge 75% da média da União. O **Objectivo 2** (22,50 mil milhões de euros) refere-se às dificuldades de reconversão de certas zonas industriais, urbanas, rurais ou dependentes da pesca. O **Objectivo 3** (24,05 mil milhões de euros) não é territorial mas temático: diz respeito à melhoria da formação e à promoção do emprego em toda a União, excepto nas regiões do Objectivo 1, cujos programas incluem já este tipo de medida. Estes objectivos são completados por quatro **Iniciativas Comunitárias** (671 milhões de euros para Portugal): **INTERREG III** (cooperação transfronteiriça, transnacional e inter-regional), **URBAN II** (reabilitação das zonas urbanas em crise), **LEADER+** (desenvolvimento sustentável dos territórios rurais) e **EQUAL** (luta contra as desigualdades e discriminações no mercado de trabalho). Acrescem ainda a estas iniciativas as **Ações Inovadoras**, que apoiam programas regionais experimentais.

Um outro fundo, o **Fundo de Coesão** (25,6 mil milhões de euros para a UE dos 25), apoia projectos em matéria de transportes e de ambiente nos Estados menos prósperos da União, entre os quais Portugal com uma dotação de 3,3 mil milhões de euros.

Fevereiro de 2004

Contacto

Comissão de Coordenação da Região Norte

Gestora do PO Norte

Dr. Arlindo Cunha

Rua Rainha D. Estefânia, 251

P-4150-304 Porto

Tél: +351 22 608 63 25

Fax: +351 22 606 14 85

E-mail: arlindo.cunha@ccr-n.pt



Para mais informações, consulte o sítio Web da Comissão Europeia:
http://europa.eu.int/comm/regional_policy/index_fr.htm

Ou contacte pelo correio o seguinte endereço:

Comissão Europeia

Direcção-Geral da Política Regional, Serviço Inforegio

Avenue de Tervuren 41

B-1040 Bruxelas

E-mail: regio-info@cec.eu.int

Fax: + 32 2 296 60 03



Os Fundos Estruturais europeus em Portugal (2000-2006)

Região Centro

Reduzir o desequilíbrio entre o litoral e o interior do país e valorizar as complementaridades económicas apoiando a inovação e a formação: eis o fio condutor dos apoios europeus à Região Centro.

Elo de união entre Lisboa e Porto, a Região Centro conta cerca de 2,8 milhões de habitantes, ou seja 17% da população nacional. Nota-se um importante desequilíbrio entre a faixa costeira, mais urbanizada e mais jovem, e as zonas do interior montanhosas e florestais, afectadas pelo êxodo rural. A região beneficia, no entanto, de uma estrutura económica variada: numerosas indústrias tradicionais (cerâmica, fábricas de cimento, vidrarias, metalurgia, têxtil, etc.), implantadas essencialmente na zona litoral, a existência de sectores modernizados em tecnologias (telecomunicações) e serviços (saúde), o importante papel do sector primário (especialmente a madeira) e o turismo. No entanto, o desenvolvimento destas complementaridades é travado por uma cultura de empresa pouco propensa para a cooperação e a inovação e por um baixo nível geral de instrução da população activa, apesar da influência de instituições prestigiosas, como as universidades de Coimbra ou de Aveiro. Em matéria de ambiente, os incêndios de floresta constituem uma premente preocupação. A Região Centro beneficia do Objectivo 1 dos Fundos Estruturais e, designadamente, da iniciativa INTERREG III e dos projectos do Fundo de Coesão.



Objectivo 1

A Região Centro beneficia dos programas sectoriais seguintes, cujo orçamento (UE: 10,119 mil milhões de euros, custo total: 22,671 mil milhões) é repartido entre regiões: educação, emprego, formação e desenvolvimento social, ciências, tecnologia e inovação, sociedade da informação, saúde, cultura, agricultura e desenvolvimento rural, pesca, economia, acessibilidade e transportes e ambiente. A UE contribui, além disso, com 1,707 mil milhões de euros (custo total: 2,875 mil milhões de euros) para o Programa Operacional da Região Centro do Objectivo 1, que comporta 3 eixos prioritários:

- > Apoio aos investimentos municipais e intermunicipais (infra-estruturas, equipamentos colectivos e ambiente).
- > Acções integradas de base territorial (revitalização de cidades e aldeias, acções "Turismo e património do Vale do Côa", "Serra da Estrela" e "Pinhal Interior").
- > Intervenções sectoriais da administração central regionalizada.

INTERREG III

O programa "Espanha/Portugal" de cooperação transfronteiriça (INTERREG III A) beneficia, a nível nacional, de um apoio europeu de 807 milhões de euros (custo total: 1,075 mil milhões). A Região Centro participa também em dois programas de cooperação transnacional (INTERREG III B): "Sudoeste europeu" (Portugal, Espanha, França e Reino Unido) e "Espaço Atlântico (os mesmos países e a Irlanda), e é elegível para o programa de cooperação inter-regional (INTERREG III C) da zona "Sul".

Exemplo de projecto: um porto onde se navega entre tradição e modernidade

Cidade portuária de 70 000 habitantes, Aveiro tem desenvolvido ao longo dos séculos importantes actividades haliêuticas, industriais e comerciais e tece hoje a passos largos a teia das telecomunicações. Testemunha disto é o projecto "Cidade Digital", implementado em estreita colaboração e com o apoio dos Fundos Estruturais europeus pelas autoridades locais, pela universidade de Aveiro e pelo Departamento de Investição de Portugal Telecom, que tem a sua sede na cidade, no intuito de fornecer ao mais amplo público possível um acesso fácil e barato à Internet. Para esse efeito, foram instalados terminais interactivos nos edifícios municipais, em lugares públicos, em centros sociais, em comércios, desde o centro da cidade até aos bairros periféricos e às aldeias rurais vizinhas. O projecto "Cidade Digital" favoreceu também a aprendizagem das técnicas multimédia nas escolas, bem como experiências de ensino à distância nas zonas rurais: na sociedade da informação, a modernidade deixou de ser um privilégio das cidades.



A Política de Coesão da União Europeia resumidamente

A Política de Coesão da União Europeia tem por objectivo reduzir as disparidades entre regiões e reforçar a coesão económica, social e territorial da União. Esta política apoia-se na solidariedade financeira. Os programas são essencialmente co-financiados pelos **Fundos Estruturais**: o **Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional** (FEDER) para infra-estruturas e PME, o **Fundo Social Europeu** (FSE) para a inserção social, a formação e o emprego, o **Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícolas** (FEOGA, secção "Orientação") para o desenvolvimento rural, e o **Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca** (IFOP) para modernização do equipamento deste sector. Para o período de 2000 a 2006, a dotação destes fundos ascende a 195 mil milhões de euros, com um suplemento de 15 mil milhões para os novos Estados-Membros (2004-2006). Portugal recebe uma dotação de 21,2 mil milhões de euros.

Cerca de 150 mil milhões de euros, dos quais 20,53 mil milhões são para Portugal, são afectadas à recuperação económica das regiões do **Objectivo 1**, quer dizer, das regiões cujo PIB per capita não atinge 75% da média da União. O **Objectivo 2** (22,50 mil milhões de euros) refere-se às dificuldades de reconversão de certas zonas industriais, urbanas, rurais ou dependentes da pesca. O **Objectivo 3** (24,05 mil milhões de euros) não é territorial mas temático: diz respeito à melhoria da formação e à promoção do emprego em toda a União, excepto nas regiões do Objectivo 1, cujos programas incluem já este tipo de medida. Estes objectivos são completados por quatro **Iniciativas Comunitárias** (671 milhões de euros para Portugal): **INTERREG III** (cooperação transfronteiriça, transnacional e inter-regional), **URBAN II** (reabilitação das zonas urbanas em crise), **LEADER+** (desenvolvimento sustentável dos territórios rurais) e **EQUAL** (luta contra as desigualdades e discriminações no mercado de trabalho). Acrescem ainda a estas iniciativas as **Ações Inovadoras**, que apoiam programas regionais experimentais.

Um outro fundo, o **Fundo de Coesão** (25,6 mil milhões de euros para a UE dos 25), apoia projectos em matéria de transportes e de ambiente nos Estados menos prósperos da União, entre os quais Portugal com uma dotação de 3,3 mil milhões de euros.

Fevereiro de 2004

Contacto

Comissão de Coordenação da Região do Centro (CCR-C)

Gestor do PO Centro
Dr. Paulo Pereira Coelho
Rua Bernadim Ribeiro, 80
P-3000-069 Coimbra
Tél.: + 351 239 400 198/9
Fax: + 351 239 400 115
E-mail: paulo.pereira.coelho@ccr-c.pt
geral@ccr-c.pt+
Web: <http://www.ccr-c.pt/Formularios>



Para mais informações, consulte o sítio Web da Comissão Europeia:
http://europa.eu.int/comm/regional_policy/index_fr.htm

Ou contacte pelo correio o seguinte endereço:

Comissão Europeia
Direcção-Geral da Política Regional, Serviço Inforegio
Avenue de Tervuren 41
B-1040 Bruxelas
E-mail: regio-info@cec.eu.int
Fax: + 32 2 296 60 03



Os Fundos Estruturais europeus em Portugal (2000-2006)

Lisboa e Vale do Tejo

Apesar de um desenvolvimento real, Lisboa e a sua região continuam a enfrentar sérias dificuldades: congestionamento urbano e atentados ao ambiente, bairros em crise e disparidades intra-regionais.

Com 3,5 milhões de habitantes, dos quais mais de 2,5 milhões na zona metropolitana, a Região de Lisboa e Vale do Tejo representa 34% da população portuguesa. Fortemente atraente, a região conta com a presença das empresas mais importantes e de uma boa parte dos organismos de investigação e desenvolvimento. A sua estrutura de actividades é variada, com um sector terciário predominante concentrado em Lisboa, um tecido industrial em crescimento no eixo do Tejo, uma indústria pesada em reconversão na península de Setúbal, actividades agrícolas nas outras zonas e um importante sector haliéutico. Mas persistem dificuldades: congestionamento da rede de transportes, ocupação desordenada do território, que provoca graves degradações no ambiente, e uma perda de potencial turístico, insuficiência de telecomunicações em determinadas zonas, degradação dos centros urbanos, falta de infra-estruturas em meio rural e exclusão social nos bairros urbanos desfavorecidos. Tendo em conta a melhoria da sua situação, esta região beneficia do "apoio transitório" do Objectivo 1 dos Fundos Estruturais. Além disso, beneficia, designadamente, das iniciativas INTERREG III e URBAN II e dos projectos do Fundo de Coesão.



Objectivo 1

Os Fundos Estruturais contribuem com 1,441 mil milhões de euros (custo total: 2,715 mil milhões) para o Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo (PORLVT) do Objectivo 1 (apoio transitório), que comporta três eixos prioritários:

- > Apoio aos investimentos municipais e intermunicipais (infra-estruturas, ambiente, pessoal das administrações locais e acções específicas de desenvolvimento regional).
- > Acções integradas de base territorial (desenvolvimento local e apoio ao emprego na metrópole e nas cidades de média dimensão).
- > Intervenções nacionais aplicadas ao nível regional: educação, emprego e formação, agricultura, desenvolvimento rural, pesca, ciências e tecnologias, sociedade da informação, economia, transportes, ambiente, saúde e cultura.

INTERREG III e URBAN II

A região participa em dois programas de cooperação transnacional (INTERREG III B): "Sudoeste europeu" (Portugal, Espanha, França e Reino Unido), "Espaço Atlântico" (estes quatro países e a Irlanda). É elegível para o programa de cooperação inter-regional (INTERREG III C) da zona "Sul". São igualmente executados dois programas URBAN II: "Amadora/Damaia-Buraca" e "Lisboa/Vale de Alcântara". O primeiro beneficia de um apoio europeu de 3,562 milhões de euros para um orçamento de 5 milhões de euros, e o segundo, de 5,663 milhões de euros para um total de 10,254 milhões de euros.

Exemplo de projecto: um sopro de esperança para os toxicodependentes do bairro Casal Ventoso

Para quem se encontra "à beira da estrada" num bairro como Casal Ventoso, situado nos subúrbios de Lisboa, a droga encontra-se frequentemente em cada canto de rua. Para quem caia na toxicoddependência, é-lhe difícil encontrar emprego ou conservá-lo. Para encontrar a sua "dose", o toxicodependente começa o percurso que o leva à delinquência. Um projecto URBAN, executado por oito organismos públicos e privados, proporciona uma oportunidade para escapar a esta engrenagem, graças a um serviço de ajuda e a centros de alojamento. Esses centros dispensam aconselhamento e cuidados sanitários, oferecem refeições e uma cama, ajuda psicológica e dispensa um tratamento à base de pequenas doses de metadona aos toxicodependentes da heroína. Uma das iniciativas consistiu em alugar em tenda um grupo de 200 pessoas que puderam depois seguir uma cura de desintoxicação fora do bairro. Em seis meses, foram assim tratadas 130 pessoas, 95 romperam a sua dependência e 60 integraram as suas famílias. Além deste tipo de apoio, URBAN combate as causas da exclusão em projectos de renovação urbana e de revitalização económica e social dos bairros.

Contacto

Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo

Gestor do PO Lisboa e Vale do Tejo
Eng. António Fonseca Ferreira
Rua Artilharia Um, 33º
P-1269-145 Lisboa
Tél.: +351 21 384 7902
Fax: +351 21 3847987
E-mail: fonfer@ccr-lvt.pt
presid@ccr-lvt.pt



Para mais informações, consulte o sítio Web da Comissão Europeia:
http://europa.eu.int/comm/regional_policy/index_fr.htm

Ou contacte pelo correio o seguinte endereço:

Comissão Europeia

Direcção-Geral da Política Regional, Serviço Inforegio
Avenue de Tervuren 41
B-1040 Bruxelas
E-mail: regio-info@cec.eu.int
Fax: + 32 2 296 60 03



A Política de Coesão da União Europeia resumidamente

A Política de Coesão da União Europeia tem por objectivo reduzir as disparidades entre regiões e reforçar a coesão económica, social e territorial da União. Esta política apoia-se na solidariedade financeira. Os programas são essencialmente co-financiados pelos **Fundos Estruturais**: o **Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional** (FEDER) para infra-estruturas e PME, o **Fundo Social Europeu** (FSE) para a inserção social, a formação e o emprego, o **Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícolas** (FEOGA, secção "Orientação") para o desenvolvimento rural, e o **Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca** (IFOP) para modernização do equipamento deste sector. Para o período de 2000 a 2006, a dotação destes fundos ascende a 195 mil milhões de euros, com um suplemento de 15 mil milhões para os novos Estados-Membros (2004-2006). Portugal recebe uma dotação de 21,2 mil milhões de euros.

Cerca de 150 mil milhões de euros, dos quais 20,53 mil milhões são para Portugal, são afectados à recuperação económica das regiões do **Objectivo 1**, quer dizer, das regiões cujo PIB per capita não atinge 75% da média da União. O **Objectivo 2** (22,50 mil milhões de euros) refere-se às dificuldades de reconversão de certas zonas industriais, urbanas, rurais ou dependentes da pesca. O **Objectivo 3** (24,05 mil milhões de euros) não é territorial mas temático: diz respeito à melhoria da formação e à promoção do emprego em toda a União, excepto nas regiões do Objectivo 1, cujos programas incluem já este tipo de medida. Estes objectivos são completados por quatro **Iniciativas Comunitárias** (671 milhões de euros para Portugal): **INTERREG III** (cooperação transfronteiriça, transnacional e inter-regional), **URBAN II** (reabilitação das zonas urbanas em crise), **LEADER+** (desenvolvimento sustentável dos territórios rurais) e **EQUAL** (luta contra as desigualdades e discriminações no mercado de trabalho). Acrescem ainda a estas iniciativas as **Ações Inovadoras**, que apoiam programas regionais experimentais.

Um outro fundo, o **Fundo de Coesão** (25,6 mil milhões de euros para a UE dos 25), apoia projectos em matéria de transportes e de ambiente nos Estados menos prósperos da União, entre os quais Portugal com uma dotação de 3,3 mil milhões de euros.

Fevereiro de 2004



Os Fundos Estruturais europeus em Portugal (2000-2006)

Alentejo

Instrução, inovação, diversificação: três palavras-chave para valorizar, com o apoio europeu, o potencial promissor desta região que é uma das mais desfavorecidas.

O Alentejo tem apenas 350 000 habitantes, o que representa 6% da população nacional no terço do território do país. Esta região de grandes planícies e colinas, a que se chama o "Sótão de Portugal", é amplamente dominada pela agricultura e, principalmente, pela cultura extensiva de cereais. O sector terciário desenvolveu-se bem nos centros urbanos. A indústria, em contrapartida, é muito fraca, atrai poucos investimentos e é representada essencialmente pelo pequeno artesanato. A baixa densidade populacional do Alentejo explica-se pelo modo de ocupação das terras - pequenas localidades que exploram vastas superfícies - e pela crise estrutural que afectou quase todos os sectores, provocando o êxodo rural e a desertificação económica de numerosas zonas. Esta região tem a taxa de desemprego mais elevada do país, um dos níveis de instrução mais baixos e a taxa de analfabetismo mais elevada. E, no entanto, o Alentejo tem trunfos importantes: a sua forte identidade cultural e o seu património natural, os recursos do seu solo e subsolo e uma boa rede de transportes conferem-lhe uma atracção que poderá melhorar se se prosseguirem os esforços empreendidos nas áreas da instrução, da inovação e da diversificação. O Alentejo beneficia do Objectivo 1 dos Fundos Estruturais e, designadamente, da iniciativa INTERREG III e dos projectos do Fundo de Coesão.



Objectivo 1

O Alentejo beneficia dos programas sectoriais seguintes, cujo orçamento (UE: 10,119 mil milhões de euros, custo total: 22,671 mil milhões) é repartido entre regiões: educação, emprego, formação e desenvolvimento social, ciências, tecnologia e inovação, sociedade da informação, saúde, cultura, agricultura e desenvolvimento rural, pesca, economia, transportes e ambiente. A UE contribui, além disso, com 1,089 mil milhões de euros (custo total: 1,787 mil milhões) para o Programa Operacional do Alentejo ("PORA"), que comporta 4 prioridades: apoio aos investimentos municipais e intermunicipais (infra-estruturas, equipamentos e ambiente); acções integradas de base territorial (revitalização das cidades e zonas pouco povoadas e da zona dos "Mármore"); intervenções sectoriais da administração central regionalizada; desenvolvimento integrado da zona de Alqueva.

INTERREG III

O programa "Espanha/Portugal" de cooperação transfronteiriça (INTERREG III A) beneficia, a nível nacional, de um apoio europeu de 807 milhões de euros (custo total: 1,132 mil milhões). O Alentejo participa também em três programas de cooperação transnacional (INTERREG III B): "Sudoeste europeu" (Portugal, Espanha, França e Reino Unido), "Espaço Atlântico" (estes quatro países e a Irlanda), "Mediterrâneo Ocidental" (estes quatro países e a Itália). A região é, além disso, elegível para o programa de cooperação inter-regional (INTERREG III C) da zona "Sul".

Exemplo de projecto: "E tudo traz o vento"

Exposta aos ventos de Oeste, a costa portuguesa presta-se muitíssimo bem para o desenvolvimento da energia eólica. Daí surgiu a iniciativa, lançada por profissionais dinamarqueses, de construir uma "quinta eólica" no Monte Chãos, que é uma colina à beira-mar perto de Sines. Esta cidade portuária do Alentejo é conhecida, desde há vários anos, pelas suas iniciativas de inovação fomentadas pelas empresas que aí se instalam, seja no domínio das tecnologias de comunicação seja no das energias renováveis. O terreno onde se constroem as turbinas eólicas é propriedade municipal e a tecnologia e a técnica são desenvolvidas por uma sociedade privada, a Aerogeradores de Portugal S.A. Muito eficientes, as turbinas de fabrico dinamarquês são interligadas e geridas por um sistema de fibras ópticas que permite o comando à distância. Estas turbinas eólicas produzem uma corrente de 320 volts que é convertida depois em 15 000 volts e injectada na rede da Companhia Eléctrica nacional. A produção anual ronda os 2,5 milhões de kWh, o que equivale ao consumo de electricidade de uso urbano de Sines.

Contacto

Comissão de Coordenação da Região do Alentejo (CCRA)

Gestor do PO Alentejo
Dr. João Oliveira Miguéns
Estrada das Piscinas n.º 193
P-7000-758 Évora
Tél.: +351 266 740 301
Fax: +351 266 708 849
E-mail: joão.transmontano@ccr-alt.pt
ccralentejo.expediente@ccr-alt.pt
Web: <http://www.ccr-alt-pt.htm>



Para mais informações, consulte o sítio Web da Comissão Europeia:
http://europa.eu.int/comm/regional_policy/index_fr.htm

Ou contacte pelo correio o seguinte endereço:

Comissão Europeia
Direcção-Geral da Política Regional, Serviço Info-regio
Avenue de Tervuren 41
B-1040 Bruxelas
E-mail: regio-info@cec.eu.int
Fax: + 32 2 296 60 03



A Política de Coesão da União Europeia resumidamente

A Política de Coesão da União Europeia tem por objectivo reduzir as disparidades entre regiões e reforçar a coesão económica, social e territorial da União. Esta política apoia-se na solidariedade financeira. Os programas são essencialmente co-financiados pelos **Fundos Estruturais**: o **Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional** (FEDER) para infra-estruturas e PME, o **Fundo Social Europeu** (FSE) para a inserção social, a formação e o emprego, o **Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícolas** (FEOGA, secção "Orientação") para o desenvolvimento rural, e o **Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca** (IFOP) para modernização do equipamento deste sector. Para o período de 2000 a 2006, a dotação destes fundos ascende a 195 mil milhões de euros, com um suplemento de 15 mil milhões para os novos Estados-Membros (2004-2006). Portugal recebe uma dotação de 21,2 mil milhões de euros.

Cerca de 150 mil milhões de euros, dos quais 20,53 mil milhões são para Portugal, são afectados à recuperação económica das regiões do **Objectivo 1**, quer dizer, das regiões cujo PIB per capita não atinge 75% da média da União. O **Objectivo 2** (22,50 mil milhões de euros) refere-se às dificuldades de reconversão de certas zonas industriais, urbanas, rurais ou dependentes da pesca. O **Objectivo 3** (24,05 mil milhões de euros) não é territorial mas temático: diz respeito à melhoria da formação e à promoção do emprego em toda a União, excepto nas regiões do Objectivo 1, cujos programas incluem já este tipo de medida. Estes objectivos são completados por quatro **Iniciativas Comunitárias** (671 milhões de euros para Portugal): **INTERREG III** (cooperação transfronteiriça, transnacional e inter-regional), **URBAN II** (reabilitação das zonas urbanas em crise), **LEADER+** (desenvolvimento sustentável dos territórios rurais) e **EQUAL** (luta contra as desigualdades e discriminações no mercado de trabalho). Acrescem ainda a estas iniciativas as **Ações Inovadoras**, que apoiam programas regionais experimentais.

Um outro fundo, o **Fundo de Coesão** (25,6 mil milhões de euros para a UE dos 25), apoia projectos em matéria de transportes e de ambiente nos Estados menos prósperos da União, entre os quais Portugal com uma dotação de 3,3 mil milhões de euros.

Fevereiro de 2004



Os Fundos Estruturais europeus em Portugal (2000-2006)

Algarve

Demasiado dependente do turismo costeiro, o Algarve recebe apoio europeu para diversificar a sua economia, modernizar o sector terciário, consolidar o tecido empresarial e melhorar as qualificações.

O Algarve conta quase 400 000 habitantes, ou seja 3,8% da população portuguesa. Consta-se um forte desequilíbrio entre o interior do seu território, que é pouco povoado, agrícola e artesanal, e o seu litoral turístico, dominado pela hotelaria e os serviços, onde o número de residentes triplica na alta estação turística. Se o turismo é a principal vantagem da região, devido ao seu clima sub-mediterrâneo amenizado pelas brisas oceânicas, a sua economia, porém, sofre demasiado devido à grande dependência deste sector, ao nível insuficiente de qualificações e a uma capacidade reduzida de inovação por parte das PME que, apesar de um verdadeiro dinamismo empreendedor, têm uma das taxas de mortalidade mais elevada da Europa, sem esquecermos as carências da rede energética e hídrica. A aposta é, por conseguinte, um desenvolvimento equilibrado capaz de proteger o ambiente das zonas costeiras e, ao mesmo tempo, de valorizar o conjunto dos recursos regionais: o património natural e cultural, as possibilidades de um turismo mais variado, a experiência adquirida na prestação de serviços, o potencial hortícola, frutífero e piscícola, bem como a transferência de tecnologia a partir dos centros de investigação. O Algarve beneficia do Objectivo 1 dos Fundos Estruturais e, designadamente, da iniciativa comunitária INTERREG III e dos projectos do Fundo de Coesão.



Objective 1

- > Acções integradas de base territorial, para revitalização económica e social das zonas pouco povoadas e das cidades.
- > Intervenções sectoriais da administração central regionalizada.

Objectivo 1

O Algarve beneficia dos programas sectoriais seguintes, cujo orçamento (UE: 10,119 mil milhões de euros, custo total: 22,671 mil milhões) é repartido entre regiões: educação, emprego, formação e desenvolvimento social, ciências, tecnologia e inovação, sociedade da informação, saúde, cultura, agricultura e desenvolvimento rural, pesca, economia, transportes e ambiente. A UE contribui, além disso, com 453,4 milhões de euros (custo total: 733,1 milhões) para o Programa Operacional "Algarve" ("PROALGAVRE") do Objectivo 1, que comporta 3 prioridades:

- > Apoio aos investimentos municipais e intermunicipais (infra-estruturas, equipamentos, ambiente, recursos humanos e valorização territorial).

INTERREG III

O programa "Espanha/Portugal" de cooperação transfronteiriça (INTERREG III A) beneficia, a nível nacional, de uma ajuda europeia de 807 milhões de euros (custo total: 1,132 mil milhões). O Algarve participa também em três programas de cooperação transnacional (INTERREG III B): "Sudoeste europeu" (Portugal, Espanha, França e Reino Unido), "Espaço Atlântico" (os mesmos países e a Irlanda) e "Mediterrâneo Ocidental" (Portugal, Espanha, Itália, França e Reino Unido). A região é além disso elegível para o programa de cooperação inter-regional (INTERREG III C) da zona "Sul".

Exemplo de projecto: no museu-restaurante "Ti'Casinhas", tudo faz farinha no moinho.

Na Serra do Caldeirão, uma zona montanhosa de interior no Algarve, a agricultura é a principal fonte de rendimentos. Mas os baixos rendimentos obrigam muitos jovens a partirem para o litoral turístico ou, para fora da região, para as bacias industriais de Setúbal ou de Lisboa. Mas não faltam recursos locais que poderiam ser valorizados para diversificar as actividades. É assim que um velho moinho movido a água, o "Ti'Casinhas", pôde ser renovado e transformado num museu-restaurante com fundos europeus e o entusiasmo e a perseverança do seu proprietário, que sonhava instalar-se na sua terra natal. O "Ti'Casinhas" tornou-se assim num templo venerado da gastronomia e da história locais: faca e garfo vivem em perfeita harmonia com máquinas e instrumentos de outrora, expostos no Museu dos Moleiros. E como tudo faz farinha no moinho, são aí organizadas festas tradicionais e partidas para passeios pedestres no coração da Serra.

Contacto

Comissão de Coordenação da Região do Algarve (CCR-Alg)

Gestor do PO Algarve (PROALGARVE)

Eng. José António Campos Correia

Praça da Liberdade nº2

P-8000-164 Faro

Tél.: +351 289 895 205

Fax: +351 289 803 591

E-mail: presidencia@ccdr-alg.pt

Web: www.ccr-alg



Para mais informações, consulte o sítio Web da Comissão Europeia:
http://europa.eu.int/comm/regional_policy/index_fr.htm

Ou contacte pelo correio o seguinte endereço:

Comissão Europeia

Direcção-Geral da Política Regional, Serviço Info-regio

Avenue de Tervuren 41

B-1040 Bruxelas

E-mail: regio-info@cec.eu.int

Fax: + 32 2 296 60 03



A Política de Coesão da União Europeia resumidamente

A Política de Coesão da União Europeia tem por objectivo reduzir as disparidades entre regiões e reforçar a coesão económica, social e territorial da União. Esta política apoia-se na solidariedade financeira. Os programas são essencialmente co-financiados pelos **Fundos Estruturais**: o **Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional** (FEDER) para infra-estruturas e PME, o **Fundo Social Europeu** (FSE) para a inserção social, a formação e o emprego, o **Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícolas** (FEOGA, secção "Orientação") para o desenvolvimento rural, e o **Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca** (IFOP) para modernização do equipamento deste sector. Para o período de 2000 a 2006, a dotação destes fundos ascende a 195 mil milhões de euros, com um suplemento de 15 mil milhões para os novos Estados-Membros (2004-2006). Portugal recebe uma dotação de 21,2 mil milhões de euros.

Cerca de 150 mil milhões de euros, dos quais 20,53 mil milhões são para Portugal, são afectadas à recuperação económica das regiões do **Objectivo 1**, quer dizer, das regiões cujo PIB per capita não atinge 75% da média da União. O **Objectivo 2** (22,50 mil milhões de euros) refere-se às dificuldades de reconversão de certas zonas industriais, urbanas, rurais ou dependentes da pesca. O **Objectivo 3** (24,05 mil milhões de euros) não é territorial mas temático: diz respeito à melhoria da formação e à promoção do emprego em toda a União, excepto nas regiões do Objectivo 1, cujos programas incluem já este tipo de medida. Estes objectivos são completados por quatro **Iniciativas Comunitárias** (671 milhões de euros para Portugal): **INTERREG III** (cooperação transfronteiriça, transnacional e inter-regional), **URBAN II** (reabilitação das zonas urbanas em crise), **LEADER+** (desenvolvimento sustentável dos territórios rurais) e **EQUAL** (luta contra as desigualdades e discriminações no mercado de trabalho). Acrescem ainda a estas iniciativas as **Ações Inovadoras**, que apoiam programas regionais experimentais.

Um outro fundo, o **Fundo de Coesão** (25,6 mil milhões de euros para a UE dos 25), apoia projectos em matéria de transportes e de ambiente nos Estados menos prósperos da União, entre os quais Portugal com uma dotação de 3,3 mil milhões de euros.

Fevereiro de 2004



Os Fundos Estruturais europeus em Portugal (2000-2006)

Açores

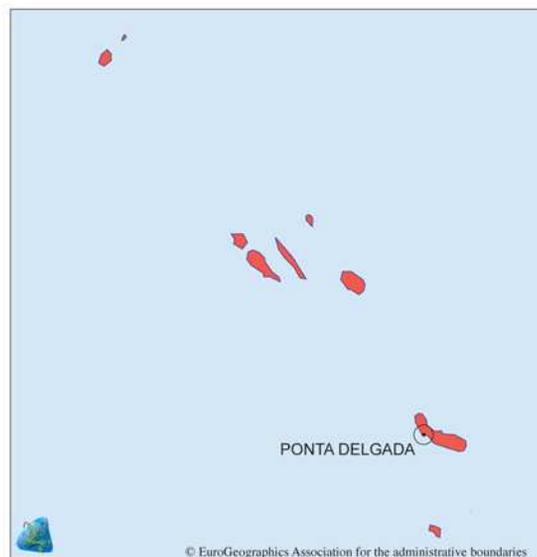
Sendo a região menos próspera de Portugal e uma das mais pobres da União, os Açores recebem apoio financeiro para compensar as desvantagens da sua situação ultraperiférica, criar as bases de uma economia mais competitiva e valorizar os recursos locais.

Situado em pleno Oceano Atlântico, o arquipélago dos Açores é composto por nove ilhas e estende-se por uma superfície de 600 Km. Ao seu isolamento geográfico vem juntar-se uma grande dispersão do seu território e da sua população (cerca de 240 000 habitantes). Dotados de pouca infra-estrutura, os Açores dependem muito do fornecimento energético externo, e o seu potencial de energias renováveis não é inteiramente explorado. Em contrapartida, a amenidade do clima e a fertilidade do solo são propícias a um sector agro-industrial importante, centrado na criação de bovinos, mas baseado, contudo, numa exploração muito parcelada. A beleza das paisagens de origem vulcânica e a atracção dos lazeres náuticos fazem do turismo um outro recurso-chave, que favoreceu uma forte expansão dos serviços. Mesmo se, na maioria, as empresas são pequenas e pouco produtivas e o nível de formação é insuficiente, a sua população jovem constitui um trunfo importante. Os Açores dispõem, além disso, de um potencial de conhecimentos em oceanografia e vulcanologia. Em matéria de ambiente, o sistema hidrográfico das ilhas é frágil, apesar da sua extraordinária biodiversidade vegetal. Os Açores beneficiam do Objectivo 1 dos Fundos Estruturais e, designadamente, da iniciativa comunitária INTERREG III, de um programa de Acções Inovadoras e de projectos do Fundo de Coesão.

Objectivo 1

Os Açores beneficiam dos programas sectoriais seguintes, cujo orçamento (UE: 9,787 mil milhões de euros, custo total: 22,215 mil milhões) é repartido entre regiões: educação, ciências, tecnologia e inovação, sociedade da informação e economia. A UE contribui, além disso, com 854,441 milhões de euros (custo total: 1,259 mil milhões) para o Programa Operacional dos Açores ("PRODESA") que comporta 5 prioridades:

- > Condições de base da competitividade (infra-estruturas, equipamentos, sistemas de saúde e de educação).
- > Modernização da base produtiva tradicional (sector da transformação e comercialização).



Objective 1

- > Desenvolvimento económico sustentável (diversificação, ambiente, ciências e tecnologias, formação).
- > Desenvolvimento local (apoio aos municípios).
- > Reforço do tecido empresarial (apoio às PME de turismo ou de transporte, às empresas públicas de energia, etc.).

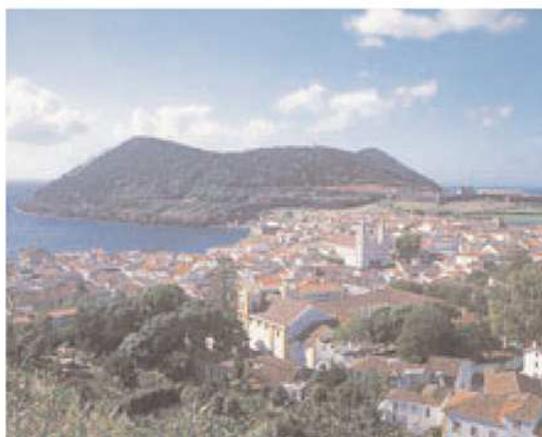
INTERREG III

Os Açores participam em três programas de cooperação transnacional (INTERREG III B): "Açores-Madeira-Canárias", "Sudoeste europeu" (Portugal, Espanha, França e Reino Unido) e "Espaço Atlântico" (os mesmos países e a Irlanda), e são elegíveis para o programa de cooperação inter-regional (INTERREG III C) da zona "Sul".

Exemplos de projectos: a energia vulcânica e os internautas insulares

De natureza vulcânica, os Açores dispõem de um recurso energético local renovável muito específico: a geotermia.

A expansão da central geotérmica de Ribeira Grande, no âmbito do programa europeu REGIS II, aumentou de 49 gigawatts/hora a produção anual de electricidade na Ilha de São Miguel, reduzindo assim de maneira substancial a dependência desta ilha em matéria de importação de combustíveis fósseis. Outro desafio para os Açores são as infra-estruturas de telecomunicações no era da Internet: a instalação, por REGIS II, de um duplo sistema de cabos ópticos submarinos - um entre as ilhas e outro entre o arquipélago e o continente europeu - permite aumentar a capacidade e a qualidade das ligações, facilitando assim o acesso aos serviços de ponta de telecomunicações, o que beneficia tanto as administrações e os sistemas de educação e de saúde, como a vida económica e cultural do arquipélago.



A Política de Coesão da União Europeia resumidamente

A Política de Coesão da União Europeia tem por objectivo reduzir as disparidades entre regiões e reforçar a coesão económica, social e territorial da União. Esta política apoia-se na solidariedade financeira. Os programas são essencialmente co-financiados pelos **Fundos Estruturais**: o **Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional** (FEDER) para infra-estruturas e PME, o **Fundo Social Europeu** (FSE) para a inserção social, a formação e o emprego, o **Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícolas** (FEOGA, secção "Orientação") para o desenvolvimento rural, e o **Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca** (IFOP) para modernização do equipamento deste sector. Para o período de 2000 a 2006, a dotação destes fundos ascende a 195 mil milhões de euros, com um suplemento de 15 mil milhões para os novos Estados-Membros (2004-2006). Portugal recebe uma dotação de 21,2 mil milhões de euros.

Cerca de 150 mil milhões de euros, dos quais 20,53 mil milhões são para Portugal, são afectados à recuperação económica das regiões do **Objectivo 1**, quer dizer, das regiões cujo PIB per capita não atinge 75% da média da União. O **Objectivo 2** (22,50 mil milhões de euros) refere-se às dificuldades de reconversão de certas zonas industriais, urbanas, rurais ou dependentes da pesca. O **Objectivo 3** (24,05 mil milhões de euros) não é territorial mas temático: diz respeito à melhoria da formação e à promoção do emprego em toda a União, excepto nas regiões do Objectivo 1, cujos programas incluem já este tipo de medida. Estes objectivos são completados por quatro **Iniciativas Comunitárias** (671 milhões de euros para Portugal): **INTERREG III** (cooperação transfronteiriça, transnacional e inter-regional), **URBAN II** (reabilitação das zonas urbanas em crise), **LEADER+** (desenvolvimento sustentável dos territórios rurais) e **EQUAL** (luta contra as desigualdades e discriminações no mercado de trabalho). Acrescem ainda a estas iniciativas as **Ações Inovadoras**, que apoiam programas regionais experimentais.

Um outro fundo, o **Fundo de Coesão** (25,6 mil milhões de euros para a UE dos 25), apoia projectos em matéria de transportes e de ambiente nos Estados menos prósperos da União, entre os quais Portugal com uma dotação de 3,3 mil milhões de euros.

Fevereiro de 2004

Contacto

Governo Regional da Região Autónoma dos Açores
Direcção Regional de Estudos e Planeamento (DREPA)
Gestor do PO Açores (PRODESA)
Dr. Rui von Amann
Caminho do Meio, 58, São Carlos
P-9701-853 Angra do Heroísmo - Açores
Tél.: +351 295 206 380
Fax: +351 295 206381
E-mail: drepa@drepa.raa.pt
Web: www.drepa.raa.pt/Prodesa/index.htm



Para mais informações, consulte o sítio Web da Comissão Europeia:
http://europa.eu.int/comm/regional_policy/index_fr.htm

Ou contacte pelo correio o seguinte endereço:

Comissão Europeia
Direcção-Geral da Política Regional, Serviço Inforegio
Avenue de Tervuren 41
B-1040 Bruxelas
E-mail: regio-info@cec.eu.int
Fax: + 32 2 296 60 03



Os Fundos Estruturais europeus em Portugal (2000-2006)

Madeira

O apoio europeu a este arquipélago ultraperiférico aposta na valorização económica e social dos seus trunfos naturais excepcionais e na sua importante posição geográfica no Oceano Atlântico.

A Madeira (cerca de 350 000 habitantes, ou seja 3,5% da população portuguesa) conjuga as dificuldades e as vantagens da sua insularidade, da sua situação geográfica no alto mar e das suas particularidades geofísicas. Consta-se, por um lado, o custo acrescido dos transportes e as dificuldades de comercialização, um relevo acidentado e a concentração de 75% da população na região do Funchal, explorações agrícolas de muito pequena dimensão e um ecossistema insular muito vulnerável, e, por outro, um excepcional património natural e uma extraordinária atracção turística, um microclima onde coexistem culturas temperadas e culturas subtropicais, uma posição relevante nas rotas marítimas, uma vocação de valorização da biodiversidade e um grande potencial de energias renováveis. A isto acrescem uma população jovem, um artesanato tradicional reputado e capacidades científicas e técnicas (universidade e parque tecnológico). Para assegurar a competitividade regional, é necessário diversificar todos os sectores de actividade e melhorar as condições de formação. Em matéria de ambiente, trata-se de reforçar as infra-estruturas de saneamento, favorecer as medidas agro-ambientais e impedir a degradação das paisagens. A Madeira beneficia do Objectivo 1 dos Fundos Estruturais e, designadamente, da iniciativa comunitária INTERREG III e dos projectos do Fundo de Coesão.



Objectivo 1

A Madeira beneficia dos programas sectoriais seguintes, cujo orçamento (UE: 9,787 mil milhões de euros, custo total: 22,215 mil milhões de euros) é repartido entre regiões: educação, emprego, formação e desenvolvimento social, ciências, tecnologia e inovação, sociedade da informação, saúde e cultura, agricultura e desenvolvimento rural, pesca e economia, acessibilidade e transportes. A UE contribui, além disso, com 704,711 milhões de euros (custo total: 1,187 mil milhões de euros) para o Programa Operacional da Região Autónoma da Madeira ("POPRAM"). Orientado para o emprego e os recursos humanos, para o ordenamento do território e a valorização do potencial insular ao nível local e internacional, este programa comporta dois eixos:

- > Desenvolvimento de uma plataforma euro-atlântica.
- > Reforço da base económica e social.

INTERREG III

A Madeira participa em três programas de cooperação transnacional (INTERREG III B): "Açores-Madeira-Canárias", "Sudoeste europeu" (Portugal, Espanha, França e Reino Unido) e "Espaço Atlântico" (os mesmos países e a Irlanda), e é elegível para o programa de cooperação inter-regional (INTERREG III C) da zona "Sul".

Exemplo de projecto: rejuvenescimento da piscicultura

Modernizadas e reajustadas para protegerem os recursos haliêuticos, as actividades de pesca na Madeira estão centradas num número limitado de espécies. A aquicultura, essa sofre, como em muitas outras regiões da Europa, de uma ausência de colaboração entre cientistas e produtores. Partindo da experiência grega, foi iniciada uma acção inovadora de cooperação entre Creta, as Ilhas Canárias e a Madeira, denominada "Interactt", com vista a compensar essa ausência e fomentar ao mesmo tempo contactos entre produtores. Até então, na Madeira, a aquicultura baseava-se na criação, em jaulas imersas no mar, de juvenis importados de centros de incubação continentais. A "Interactt" propôs às PME locais de piscicultura marinha a produção dos seus próprios juvenis, permitindo-lhes assim ganhar autonomia e competitividade. A tecnologia utilizada baseia-se numa criação semi-intensiva, favorável ao ambiente e bem adaptada à criação de espécies novas e às capacidades económicas e técnicas das PME. Daí resulta, nos nichos-piloto, a produção de juvenis de chaputas e parcos por um custo de apenas 30% do custo de importação.



A Política de Coesão da União Europeia resumidamente

A Política de Coesão da União Europeia tem por objectivo reduzir as disparidades entre regiões e reforçar a coesão económica, social e territorial da União. Esta política apoia-se na solidariedade financeira. Os programas são essencialmente co-financiados pelos **Fundos Estruturais**: o **Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional** (FEDER) para infra-estruturas e PME, o **Fundo Social Europeu** (FSE) para a inserção social, a formação e o emprego, o **Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícolas** (FEOGA, secção "Orientação") para o desenvolvimento rural, e o **Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca** (IFOP) para modernização do equipamento deste sector. Para o período de 2000 a 2006, a dotação destes fundos ascende a 195 mil milhões de euros, com um suplemento de 15 mil milhões para os novos Estados-Membros (2004-2006). Portugal recebe uma dotação de 21,2 mil milhões de euros.

Cerca de 150 mil milhões de euros, dos quais 20,53 mil milhões são para Portugal, são afectados à recuperação económica das regiões do **Objectivo 1**, quer dizer, das regiões cujo PIB per capita não atinge 75% da média da União. O **Objectivo 2** (22,50 mil milhões de euros) refere-se às dificuldades de reconversão de certas zonas industriais, urbanas, rurais ou dependentes da pesca. O **Objectivo 3** (24,05 mil milhões de euros) não é territorial mas temático: diz respeito à melhoria da formação e à promoção do emprego em toda a União, excepto nas regiões do Objectivo 1, cujos programas incluem já este tipo de medida. Estes objectivos são completados por quatro **Iniciativas Comunitárias** (671 milhões de euros para Portugal): **INTERREG III** (cooperação transfronteiriça, transnacional e inter-regional), **URBAN II** (reabilitação das zonas urbanas em crise), **LEADER+** (desenvolvimento sustentável dos territórios rurais) e **EQUAL** (luta contra as desigualdades e discriminações no mercado de trabalho). Acrescem ainda a estas iniciativas as **Ações Inovadoras**, que apoiam programas regionais experimentais.

Um outro fundo, o **Fundo de Coesão** (25,6 mil milhões de euros para a UE dos 25), apoia projectos em matéria de transportes e de ambiente nos Estados menos prósperos da União, entre os quais Portugal com uma dotação de 3,3 mil milhões de euros.

Fevereiro de 2004

Contacto

Governo Regional da Região Autónoma da Madeira

Gestor do PO Madeira

Dr. Silvío Costa

Travessa do Cabido, 16

P-9000-715 Funchal

Tél: +351 291 214 000

Fax: +351 291 214 001

E-mail: info@ifc-madeira.gov.pt



Para mais informações, consulte o sítio Web da Comissão Europeia:
http://europa.eu.int/comm/regional_policy/index_fr.htm

Ou contacte pelo correio o seguinte endereço:

Comissão Europeia

Direcção-Geral da Política Regional, Serviço Inforegio

Avenue de Tervuren 41

B-1040 Bruxelas

E-mail: regio-info@cec.eu.int

Fax: + 32 2 296 60 03